

Gestão financeira da escola pública estadual com menor score no IDEB/2013, em Pimenta Bueno

Financial management of the state public school with the lowest score on IDEB/2013, in Pimenta Bueno

DOI:10.34117/bjdv8n4-077

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

Angela de Castro Correia Gomes

Doutorado em Educação

Instituição: Prof. da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – campus Francisco Gonçalves Quiles

Endereço: Rua Manoel Vitor Diniz, 2380 – B. Jardim São Pedro II. CEP: 76.962-269 - Cacoal, RO

E-mail: angelacastroc@unir.br

Daniella de Sousa Veras

Graduada em Administração

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: Rua Ji-Paraná, 2127, apto. 1, B. Jardim Clodoaldo, CEP: 76963-626 Cacoal/RO

E-mail: daniellasousav@gmail.com

Letícia Barbosa Rodrigues

MBA em Gestão de Instituições Públicas

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Endereço: Av. José Vieira Caula, 8101, Residencial Vitória Régia. CEP: 76.825-018 Porto Velho/RO

E-mail: leti.bar.rodrigues@gmail.com

Simone Marçal Quintino

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Instituição: Prof. da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)– campus Francisco Gonçalves Quiles

Endereço: Rua Manoel Vitor Diniz, 2380 – B. Jardim São Pedro II. CEP: 76.962-269 Cacoal, RO

E-mail: simone.marcal@unir.br

Joareis Fernandes de Azevedo

Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB)

Instituição: Prof. da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)– campus Francisco Gonçalves Quiles

Endereço: Rua Manoel Vitor Diniz, 2380 – B. Jardim São Pedro II. CEP: 76.962-269 Cacoal, RO

E-mail: joareis@unir.br

RESUMO

Este estudo trata da gestão administrativa e financeira de recursos na escola e vincula-se ao projeto O Impacto da Gestão Financeira na Qualidade da Educação: estudos de casos múltiplos em escolas públicas estaduais da mesorregião do leste rondoniense. Visou identificar o modelo de gestão dos recursos das escolas públicas estaduais que apresentaram o menor e o maior *score* no IDEB 2013 no ensino fundamental, séries finais, de Pimenta Bueno, a partir de dados documentais e do processo de tomada de decisão nas escolas. De abordagem qualitativa, para a coleta de dados foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental - planilhas de prestações de contas e atas das escolas, legislação vigente sobre o tema - e de campo, por meio do questionário, nas EEEFM Raimundo Euclides Barbosa e EEEF Anísio Serrão entregue aos gestores escolares e ainda enviado por e-mail. Os dados documentais apontaram que o custo-aluno da escola com menor IDEB, segundo os recursos auferidos e as planilhas disponibilizadas aos pesquisadores, vem se mostrando maior para a de menor *score*. Houve poucas aquisições de bens e preponderaram as despesas com custeio, tanto com o PDDE como com o PROAFI (política estadual), não sendo identificados recursos próprios. A quantidade de alunos atendidos na Raimundo Euclides era maior e possuía dezoito salas de aula a mais que a Anísio Serrão. Todos os professores das escolas eram especialistas e o principal problema mencionado na gestão foi a falta de recursos para atender a demanda e o atraso nos recebimentos, causando transtornos junto aos fornecedores/aquisições. Propalam os dados dos recursos em reuniões e murais internos e a participação social em uma das escolas foi considerada satisfatória.

Palavras-chave: pdde, proafi, ideb.

ABSTRACT

This study deals with administrative and financial management of resources in schools and is linked to the project The Impact of Financial Management on the Quality of Education: multiple case studies in state public schools in the mesoregion of eastern Rondonia. It aimed to identify the resource management model of state public schools that presented the lowest and highest score in IDEB 2013 in elementary education, final series, of Pimenta Bueno, from documentary data and the decision-making process in schools. Of qualitative approach, for data collection, it was used the bibliographic, documentary research - spreadsheets of accountability and minutes of the schools, current legislation on the subject - and field research, through the questionnaire, in EEEFM Raimundo Euclides Barbosa and EEEF Anísio Serrão delivered to school managers and also sent by email. The documentary data indicated that the cost-pupil of the school with the lowest IDEB, according to the resources obtained and the spreadsheets made available to the researchers, has been higher for the school with the lowest score. There were few purchases of goods and expenses with costs predominated, both with PDDE and PROAFI (state policy), and no own resources were identified. The number of students at Raimundo Euclides was larger and had eighteen more classrooms than Anísio Serrão. All the teachers in the schools were specialists and the main problem mentioned in the management was the lack of resources to meet the demand and the delay in receipts, causing problems with suppliers/purchasers. They spread the resources data in meetings and internal murals and the social participation in one of the schools was considered satisfactory.

Keywords: pdde, proafi, ideb.

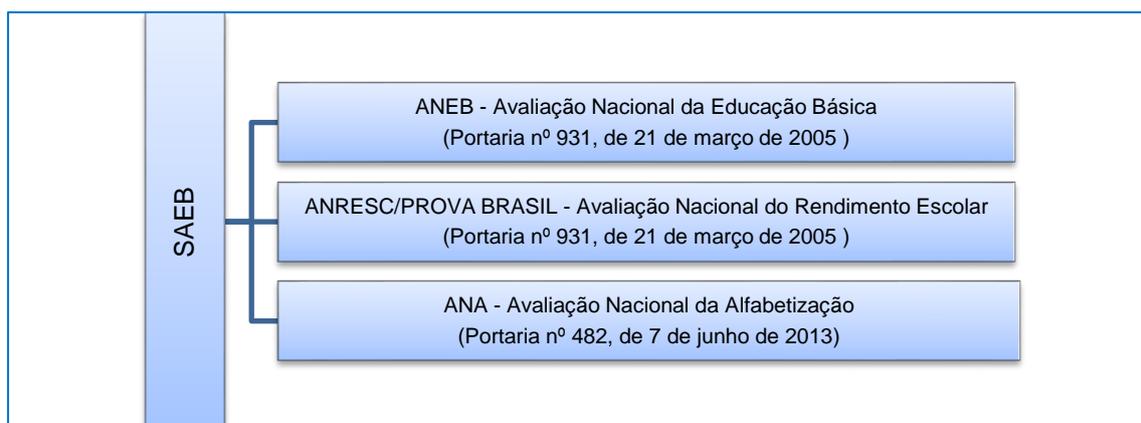
1 INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira envolve a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Pela obrigatoriedade da legislação, a criança inicia com 4 ou 5 anos e o término é aos 17 anos de idade. A formação que recebe é tanto para o exercício da cidadania como para lhe proporcionar meios para progredir no trabalho e na continuidade dos estudos (BRASIL, 1996, art. 2º).

O preparo da criança ao final das séries iniciais e finais do ensino fundamental regular, particularmente em português e matemática, vem sendo medido pelo governo federal, mais precisamente pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de avaliações padronizadas, como a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, censitária e aplicada desde 2005, sendo um dos componentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)¹, conforme figura 1 a seguir, e é aplicada a cada dois anos aos estudantes de escolas públicas urbanas do 5º e 9º ano e em turmas com mais de 20 alunos, sendo o resultado da prova e de um conjunto de avaliações do MEC divulgados como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (INEP, 2014).

A Avaliação Nacional da Educação Básica, realizada por amostragem, envolve “alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio” e busca medir a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira e tem como foco a gestão dos sistemas educacionais (INEP, 2014).

Figura 1: SAEB - avaliações externas



Fonte: elaborada pelos autores com dados do INEP (2014).

¹ Sua primeira aplicação ocorreu em 1990, por amostragem, em escolas que ofertavam as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental em escolas públicas urbanas (BRAGUIL, 2014).

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar também tem como finalidade avaliar a qualidade do ensino nas escolas abrangidas. O rendimento médio é divulgado por escola, município, ente federativo e país. A Avaliação Nacional da Alfabetização é censitária e aplicada aos alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas para aferir, por exemplo, os níveis de alfabetização e o letramento na língua portuguesa e a alfabetização matemática.

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em 2007, com o intuito de informar aos gestores, educadores e a todos que se interessam pela educação básica a atual situação dessa modalidade de ensino e de sua estrutura. Sua realização ocorre da seguinte maneira: é aplicada a Prova Brasil (conhecimentos de português e matemática) e um questionário com questões sobre o perfil socioeconômico do aluno/família, que visa avaliar a qualidade do ensino ministrado em escolas públicas, além de ser um exame que oferece a educadores e gestores da educação uma análise que tem como finalidade identificar falhas de ensino e auxiliar na construção de projetos pautados na leitura, na escrita e nas quatro operações básicas de matemática.

A Prova Brasil constitui-se de questões que devem ser lidas, interpretadas e respondidas pelo aluno, conforme seu entendimento. Assim, por meio de questões envolvendo a língua portuguesa e a matemática são avaliadas as habilidades que os alunos possuem, como a leitura e a escrita.

Não somente a melhoria da qualidade como o total acesso à escola são prerrogativas das avaliações, disponibilizando incentivos precisos para a formulação, reformulação e o controle das políticas públicas, ao apresentar dados e indicadores referentes aos alunos e mesmo à escola.

O IDEB é uma ferramenta que pode direcionar a escolha dos pais sobre qual escola matricular seus filhos e provocar os gestores a cobrarem dos governantes e dos diretores das instituições melhores condições de ensino quando a nota for considerada insatisfatória, vez que há metas projetadas para cada escola e o intuito é atingir o *score* 6,0, numa escala de 0-10, até este ano de 2022, semelhante à nota considerada em países desenvolvidos membros da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE).

O Decreto nº 6.094 (BRASIL, 2007) expõe:

Art. 2º [...]

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º; [...]

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

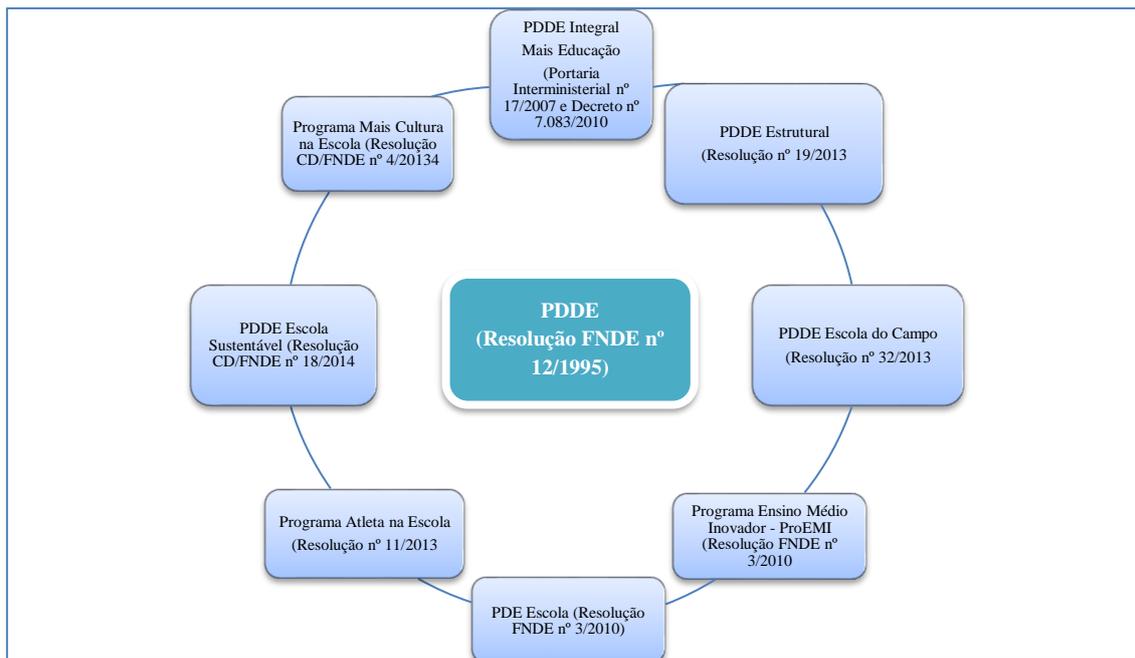
Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

Para que escolas públicas alcancem ou mantenham um bom desenvolvimento escolar a participação é considerada fundamental para o aperfeiçoamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), planejado pela escola com a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação, criado pelo Decreto nº 6.094 (BRASIL, 2007), composto por uma análise da educação no município e metas a serem alcançados. As escolas que obtêm as metas recebem recursos extras do governo federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 no âmbito do governo federal, mas com a seguinte denominação: Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), por meio da Resolução FNDE nº 12, de 10 de maio de 1995 (FNDE, 2014a), cuja alteração para o nome atual por meio da medida Provisória nº 1.784 (BRASIL, 1998), atualmente regido pela Lei 11.947 (BRASIL, 2009) e envolvendo toda educação básica.

Os recursos do PDDE têm como destino despesas de custeio (pequenos consertos, reparos, material de consumo, serviços etc.) e de capital (bens duráveis), visando maior desempenho dos alunos. Não pode ser usado para gastos pessoais, passagens, diárias, pagamentos de funcionários e ainda despesas bancárias.

O Programa constitui-se de outros programas ou ações como: PDDE básico; PDDE integral que tem como programa de atuação o Mais Educação; PDDE Estrutura, relacionado ao programa escola acessível, água na escola e escola do campo; PDDE qualidade, pertinente ao programa Ensino Médio Inovador; PDE escola; Atleta na Escola; Escola Sustentável e Mais Cultura na Escola, de acordo com a figura 2 a seguir.

Figura 2: PDDE – programas e ações vinculadas



Fonte: elaborada pelos autores com base na legislação correspondente

O PDDE integral, também conhecido como Programa Mais Educação, constitui-se uma estratégia do Ministério da Educação com vistas à ampliação da jornada escolar, com respectiva organização curricular, na perspectiva da educação Integral. As escolas públicas de ensino estadual, municipal e do Distrito Federal participam do Programa e podem desenvolver atividades diversas como: acompanhamento pedagógico, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, esporte e lazer, educação em direitos humanos, cultura, prevenção e estímulo da saúde, comunicação e uso de mídias, educação econômica etc.

O PDDE estrutural, abrangendo a escola acessível (acessibilidade no ambiente físico quanto aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação) e o programa água na escola (boa utilização e preservação desse recurso) nas escolas públicas de ensino regular. Também visa capacitar professores dispostos a fazerem parte da causa ambiental urbana, bem como o uso racional da água pode ser por meio de pequenas ações na escola, como exemplo, reparos de vazamentos no sistema hidráulico das edificações.

O PDDE Escola do Campo é um programa voltado para as escolas localizadas na zona rural (ou campo), distritais, estaduais e municipais, que dispõem de estudantes matriculados na educação básica, com unidade executora própria (UEX), que não tenham sido beneficiadas com esse auxílio pecuniário em exercícios anteriores, e que funcionam em edificação própria da rede pública.

O Ensino Médio Inovador é uma forma de incentivar as redes estaduais de educação a promover no aluno o interesse por atividades voltadas para o trabalho, ciência, tecnologia e cultura. As escolas que podem participar são públicas de ensino médio regular não profissionalizante, considerando alguns requisitos exigidos.

Os recursos são liberados em única parcela com discriminação de capital e custeio, designados ao desenvolvimento de práticas inovadoras abrangendo as atividades de gestão administrativa e didático-pedagógicas, locação e infraestrutura, como por exemplo: espaços físicos e transporte, despesas com alimentação, hospedagem e a realização de eventos, aluguel de equipamentos e contratação de serviços de sonorização.

O PDE Escola é um programa que auxilia a escola. Fundamentado no planejamento cooperativo, seu principal propósito é dar assistência na gestão.

O Programa Atleta na Escola faz parte do plano de ações do PDDE Qualidade, e tem o intuito de divulgar a prática desportiva entre os estudantes, aprimorar valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes, auxiliando na identificação de jovens talentos de escolas públicas distritais, municipais e estaduais com idade entre doze a dezessete anos, cursando o ensino fundamental ou ensino médio conforme as informações do censo escolar do ano anterior.

O PDDE Escolas Sustentáveis destina recursos buscando promover a responsabilidade e sustentabilidade socioambiental no ambiente escolar, considerando a gestão, o currículo, o espaço físico e a relação com a comunidade.

O Programa Mais Cultura busca promover ações do projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador com conhecimentos culturais em curso nas comunidades locais e nos múltiplos territórios, e assim auxiliar na elaboração de práticas que promovam uma integração dos conhecimentos culturais e artísticos com o projeto pedagógico de escolas públicas de educação integral, dentre outras ações.

A UEx elabora e encaminha a prestação de contas dos recursos para a Entidade Executora (EEx - Prefeitura Municipal ou Secretaria de Educação do Estado ou do DF) examina e conduz as prestações de contas para o FNDE, que faz uma análise sobre os documentos, dá parecer e despacha com as devidas notificações.

As causas que podem implicar na devolução dos recursos são, por exemplo: uso em finalidades diversas às dos programas, conforme a especificidade de cada um, aplicação de recursos de capital em custeio e vice-versa, não comprovação de despesas, falta de execução dos recursos no mercado financeiro.

Em se tratando do município de Pimenta Bueno, o atendimento da educação básica sob responsabilidade do governo estadual, no momento da pesquisa, está discriminado na tabela 1 a seguir.

No ano de 2011, 2,5% das escolas do governo de Rondônia estavam localizadas em Pimenta Bueno, atendendo 2,6% dos alunos da rede estadual, com 2,3% dos professores efetivos e emergenciais, respectivamente. O quadro técnico tinha um percentual um pouco mais expressivo, de 3,9%.

Tabela 1: Rondônia e Cacoal - quantidade de professores, alunos e técnicos nas escolas estaduais em 2011

MUNICÍPIO	QUANTIDADE				
	ESC.	ALU.	PROFESSOR		TÉC.
			EFE.	EME.	
Pimenta Bueno	7	4.968	159	28	274
Outras escolas	271	189455	6816	1189	6.724
TOTAL	278	194.423	6.975	1.217	6.998
<i>Pimenta Bueno - % proporcional ao total</i>	2,5%	2,6%	2,3%	2,3%	3,9%

Fonte: elaborada pelos autores com base em Secretaria (2014).

Legenda: ESC – escolas; ALU – alunos; EFE – efetivos; EME – emergenciais; TÉC – técnicos

Em 2013 (tabela 2), considerando as escolas da rede estadual sediadas em Pimenta Bueno, a Escola Raimundo Euclides atendeu 8,3% a mais de alunos que a Anísio Serrão, comparando ao total do município, superando, ainda, em relação aos das séries finais, pois a diferença foi de 7,6%, também em relação à quantidade de professores, em 15,5%, sendo que no tocante aos técnicos foi bastante expressiva, de 19,1%. Os dados indicam uma maior complexidade na gestão, pois há muito mais pessoas e alunos para a escola acompanhar e atender no dia a dia.

Tabela 2: Pimenta Bueno - séries e quantidade de alunos e pessoal por escola estadual no ano 2013

ESCOLAS	SÉRIES OFERTADAS	QUANTIDADE			
		ALUNOS		PR***	TÉ****
		T*	SF**		
EEEFM RAIMUNDO EUCLIDES BARBOSA	5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano e Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos	1137	483	49	74
% proporcional ao total		20,3%	26,4%	27,2%	25,3%
EEEF Anísio Serrão	5ª a 8ª série/6º ao 9º ano e ensino médio	706	344	21	18
% proporcional ao total		12,6%	18,8%	11,7%	6,2%
EEEF SANDOVAL MEIRA	1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano	416		19	19
EEEF BOM SUCESSO	1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano e 5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano	318	122	13	28
EEEF FREI SILVESTRE BIZZOTTO	1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano	219		11	26
EEEFM ORLANDO BUENO DA SILVA	5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos	902	412	29	44
EEEFM MARECHAL CORDEIRO DE FARIAS	5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano e Ensino médio	1010	466	21	62
CEEJA GLICERIA MARIA OLIVEIRA CRIVELLI	Educação de Jovens e Adultos	882		17	21

Fonte: elaborada pelos autores com dados do QEdU (2014) para a quantidade de alunos; Secretaria (2014) para a quantidade de professores e técnicos.

Legenda: *To: total; SF: alunos nas séries finais; **PR: professores; ****TÉ: técnicos

De acordo com os dados do INEP (2014), dados na tabela 3, a escola Raimundo vinha atingindo scores abaixo das médias projetadas e a Anísio Serrão superou a projeção da nota nas últimas avaliações, ficando na posição de maior IDEB dentre as escolas sediadas em Pimenta Bueno e sob responsabilidade do governo estadual.

Tabela 3: IDEB – metas projetadas e score alcançado pelas escolas pesquisadas

ESCOLA	ANO/META PROJETADA				ANO/SCORE ALCANÇADO				
	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013
EEEFM Raimundo Euclides Barbosa	3,3	3,4	3,7	4,1	3,2	3,4	3,7	3,5	3,6
EEEF Anísio Serrão de Carvalho	4,4	4,5	4,8	5,2	4,3	3,9	4,2	5,7	6,0

Fonte: elaborada pelos autores com dados do INEP (2014)

Assim, este estudo trata da gestão do volume de recursos destinados às escolas de educação básica, pelo Ministério da Educação e governo estadual, os quais buscam melhorar a qualidade da educação, o primeiro no âmbito do país e o segundo em Rondônia. Para a pesquisa indagou-se se o modelo de gestão financeira de recursos públicos que chegam às escolas públicas estaduais que apresentaram o menor e o maior score no IDEB 2013, em Pimenta Bueno, aliado ao processo de tomada de decisão sobre o uso dos recursos, vem influenciando na qualidade do ensino-aprendizagem indicada pelo referido índice.

O principal objetivo da pesquisa foi identificar o modelo de gestão dos recursos das escolas públicas estaduais que apresentaram o menor e o maior score no IDEB 2013

no ensino fundamental, séries finais, em Pimenta Bueno, a partir de dados documentais e do processo de tomada de decisão nas duas escolas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, sendo que a coleta de dados foi por meio da pesquisa bibliográfica, documental (nas planilhas de prestação de contas das escolas) e de campo (com questionário direcionado aos gestores).

A coleta de dados abrangeu bibliografias e documentos que tratam do financiamento da educação básica. Na pesquisa documental, as escolas - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raimundo Euclides Barbosa (EEEFM-REB) e Escola Estadual de Ensino Fundamental Anísio Serrão de Carvalho (EEEF-ASC) - disponibilizaram alguns processos com as prestações de contas dos recursos. O acesso foi autorizado pelos gestores, por meio dos profissionais dos setores de prestações de contas.

Cada escola recebeu uma via do instrumento de coleta de dados por correio eletrônico, com questões fechadas e abertas, sendo que na escola Raimundo também foi entregue o formulário impresso, o qual foi preenchido e devolvido, e a escola Anísio Serrão devolveu o instrumento por e-mail.

As planilhas de prestações de contas das duas escolas foram fotografadas e salvas como imagem JPEG, além de algumas atas de reuniões onde constam os registros de decisões sobre os usos dos recursos e outros documentos referentes às prestações de contas. O questionário foi direcionado somente aos gestores das escolas, considerando que possuem Conselhos Escolares (CEs) sob a presidência da própria direção escolar.

Na análise e interpretação dos dados fez-se uso de planilhas, gráficos e tabelas para os dados quantitativos (prestação de contas), e analisado o conteúdo dos dados subjetivos (de atas, do próprio questionário, leis, decretos, portarias e prestações de contas das escolas). O processo de tabulação e análise dos dados foram os referentes ao financiamento da educação básica publicados em sítios governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), incluindo a construção de tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 DADOS GERAIS DAS ESCOLAS

Inicia-se com uma avaliação do aprendizado dos alunos das duas escolas (tabela 4), um dos aspectos mais proeminentes em relação à avaliação do IDEB.

Houve um salto nos percentuais de alunos considerados habilitados nos conteúdos da prova de matemática da Anísio Serrão, de 2009 para 2011, enquanto a Raimundo Euclides manteve-se com índices bem baixos, inclusive com queda (-2) em 2013. Em português a porcentagem é mais elevada, sendo que a Anísio Serrão vem gradativamente alcançando valores maiores, significando que os alunos avaliados foram considerados aptos em relação ao conhecimento.

Tabela 4: EEEFM Raimundo Euclides da Barbosa e EEEF Anísio Serrão de Carvalho - aproveitamento dos alunos de 2009 a 2013

ANO	VALOR PERCENTUAL									
	MATEMÁTICA					PORTUGUÊS				
	EEEFM Raimundo Euclides	EEEF Anísio Serrão	Pimenta Bueno	Rondônia	Brasil	EEEFM Raimundo Euclides	EEEF Anísio Serrão	Pimenta Bueno	Rondônia	Brasil
2009	6	11	5	9	11	17	38	20	21	24
2011	8	44	13	11	12	25	46	22	21	23
2013	4	41	11	10	12	21	63	30	23	25

Fonte: elaborada pelos autores com dados do QEDU (2014).

Azanha (2004, p. 85) demonstra preocupação com a ação educativa, seja ela individual ou coletiva, e expõe que “[...] requer uma consciência clara dos objetivos educacionais e dos valores a eles ligados”. Assim, o processo formativo do aluno chama para si a responsabilidade ética e social.

O questionário socioeconômico aplicado aos alunos da escola Raimundo Euclides mostrou que 40% deles eram do sexo masculino e 60% feminino. Em 45% das casas moravam até 3 pessoas e em 55% havia 4 ou mais; 80% residiam com a mãe e 50% com o pai; 19% das genitoras concluíram o ensino médio e 10% tinham curso superior, sendo que 5% delas não sabiam ler e escrever, enquanto 16% dos pais finalizaram o ensino médio e somente 1% completou a faculdade/universidade; 7% dos pais não conseguiam ler e escrever e 51% deles estavam sempre presentes na escola. Em 30% das casas havia pelo menos um carro e em 39% um computador com acesso à internet (QEDU, 2014).

Sobre a Anísio Serrão, o questionário revelou que 51% dos estudantes eram do sexo masculino e 49% feminino; nas residências de 65% deles tinham até 3 pessoas; 96% residiam com a mãe e 62% com o pai; 36% das mães concluíram o ensino médio, 29% a faculdade e 2% revelou que a mãe não sabia ler e escrever; 21% dos pais também possuíam o ensino médio e 12% tinham curso superior; 2% não sabiam ler e escrever e 50% iam pouco ou nunca na escola; em 50% das residências havia um carro e em 77% delas tinha pelo menos um computador e acesso à internet (QEDU, 2014).

Proporcionalmente, um percentual maior de alunos da Raimundo Euclides residia com mais pessoas, tinham mais pais que não sabiam ler e escrever, e uma porcentagem mais expressiva se aplica à Anísio Serrão quanto à formação dos pais, ao meio de transporte (carro) e à presença de computador com acesso à internet nas residências. Nesse quesito a diferença foi de 38%, correspondendo ao dobro da Raimundo Euclides.

A partir da tabela 5, percebe-se que o rendimento dos alunos das séries finais do ensino fundamental da Raimundo Euclides vem caindo, pois em 2012 ocorreram cerca de 18% de reprovações, seguidas de 19% em 2013 e de 21% em 2014. Na Anísio Serrão incidiram 13% de reprovações em 2012, acompanhadas de 5% (queda de 8%) em 2013 e 17% em 2014 (elevação de 12%), o que provoca certa preocupação em referência à aprendizagem dos alunos.

Tabela 5: Dados de rendimento dos alunos das escolas no período 2012-2014

ESCOLAS	2012						TOTAL	2013						TOTAL	2014						TOTAL
	EFI		EFF		EM			EFI		EFF		EM			EFI		EFF		EM		
	A	R	A	R	A	R		A	R	A	R	A	R		A	R	A	R	A	R	
Raimundo Euclides	--	--	437	95	441	33	1006	--	--	366	86	424	40	916	--	--	395	106	427	100	1028
Anísio Serrão	340	6	302	47	--	--	695	266	2	301	15	--	--	584	348	7	270	54	--	--	679

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo.

Legenda: A – aprovação; R – reprovação

A tabela 6 demonstra o número de técnicos em cada escola no período de 2012-2014. A Raimundo Euclides tem um quadro de técnicos com número maior o que é justificável comparado ao número de alunos, mas em ambas as escolas, a quantidade vem caindo. São 29 alunos por cada técnico naquela e cerca de 38 na Anísio Serrão. Registra-se ainda que os valores repassados pelas escolas divergem dos encontrados e expostos na tabela 2.

Tabela 6: Quadro de pessoal técnico nas escolas no período 2012-2014

QUANTIDADE DE PESSOAL TÉCNICO NAS ESCOLAS			
ESCOLAS	2012	2013	2014
EEEFM Raimundo Euclides Barbosa	40	38	35
EEEF Anísio Serrão de Carvalho	20	16	18

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

A seguir a tabela 7 apresenta a qualificação dos professores e considera-se que têm formação condizente com a legislação, que é possuir formação superior, com

ressalvas para quem atua na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, ficando permitida formação no ensino médio.

Tabela 7: Formação dos professores atuantes nas escolas em abril de 2015

DISCRIMINAÇÃO	EEEFM RAIMUNDO EUCLIDES BARBOSA	EEEF ANÍSIO SERRÃO DE CARVALHO
Especialização	16	21

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo.

Considerando o número de alunos da tabela 5, chega-se ao valor de 64 alunos por professor na Raimundo Euclides e 32 na Anísio Serrão. Se não houver erro no fornecimento dos números, a primeira escola possui professores sobrecarregados de aulas e de alunos, mas é percebido divergências nos dados se comparados aos da tabela 2.

3.2 MONTANTE DE RECURSOS RECEBIDOS E GERIDOS NAS ESCOLAS POR GRUPO DE GASTOS

As análises a seguir dizem respeito aos recursos e seus direcionamentos pelas escolas. Podemos comparar as tabelas 8 e 10 e perceber que a escola Raimundo Euclides (REB), por ofertar o ensino fundamental e médio e possuir mais alunos, recebeu mais recursos. A pesquisa documental revelou que um recurso do PDDE, a segunda parcela de 2014, foi recebida em 2015 pela escola, confirmando que há atrasos de recebimentos de recursos pelas escolas. Tal ocorrência deixa a unidade escolar em situação difícil perante os fornecedores, além de juros que podem incidir sobre os atrasos de pagamentos de bens e/ou serviços.

Tabela 8: Recursos recebidos pelas escolas no período 2013-2014*

PROGRAMA	2013		2014	
	EEEFM REB	EEEF ASC	EEEFM REB	EEEF ASC
PDDE	27.020,00	20.920,00	11.870,00	7.120,00
	70.000,00	---	7.000,00	2.188,00
	29.095,99	---	11.000,00	23.700,00
	---	---	3.172,00	---
	---	---	10.500,00	---
	---	---	27.007,24	---
SUBTOTAL	126.115,99	20.920,00	172.221,24	33.008,00
PROAFI	88.959,55	33.552,00	30.648,84	16.766,00
	---	42.588,36	54.768,00	18.096,00
	---	---	67.215,81	20.000,00
	---	---	---	43.148,00
SUBTOTAL	88.959,55	76.140,36	152.632,65	116.106,00
TOTAL GERAL	215.075,54	97.060,36	324.853,89	149.114,00

Fonte: elaborada pelos autores com dados do FNDE (2014b) para o PDDE, e atas e planilhas de prestações de contas das escolas para o PROAFI.

*Os dados do PROAFI aqui demonstrados foram retirados dos processos fornecidos.

Na tabela 9 o custo-aluno é maior na escola Raimundo, e um maior recebimento de recursos justifica a diferença em relação à Anísio Serrão, assim, indaga-se se realmente o recurso pode gerar mais qualidade, pois a escola teve o menor IDEB no município na avaliação considerada, nos remetendo a observar outras variáveis, como o modelo de gestão, por exemplo.

Tabela 9: Custo-aluno das escolas por programa – anos 2013 e 2014

ESCOLA	2013*			2014*		
	PDDE	PROAFI	MÉDIA	PDDE	PROAFI	MÉDIA
EEEFM REB	125,36	88,43	213,79	188,01	166,63	354,64
EEEF ASC	30,10	109,55	139,66	56,52	198,81	255,33

Fonte: Elaborada pela autora com dados das tabelas 5 e 8

*Para 2013, utilizou-se o número de alunos do ano de 2012 e para 2014 o total de alunos em 2013, considerando-se que os repasses são baseados no quantitativo de alunos do ano imediatamente anterior.

De acordo com a tabela 10, a Anísio Serrão utilizou mais recursos com capital no ano de 2014, pois foram obtidos equipamentos e materiais permanentes. Nas duas escolas (ver tabela 11) os gastos com custeio predominaram. Os bens adquiridos são comumente necessários às escolas, como computador, máquina fotográfica, projetor de imagem e outros.

Tabela 10: EEEFM Raimundo Euclides Barbosa – classificação dos gastos no período 2013-2014

DISCRIMINAÇÃO	ANO 2013		ANO 2014	
	PDDE	PROAFI	PDDE	PROAFI
CUSTEIO				
Materiais de consumo (tecidos, utensílios, vestuários, material de expediente, recargas cartuchos tinta, material limpeza, manutenção etc.)	15.875,47	71.709,76	53.146,03	41.545,88
Material de uso pedagógico, esportivo e laboratório				
Serviços terceiros (contas telefônicas, monitoramento etc.)	20.940,00	49.140,35	22.611,20	52.541,44
Subtotal	36.815,47	120.850,11	75.757,23	94.087,32
CAPITAL				
Equipamentos e materiais permanentes				
Ar condicionado			14.200,00	
Arquivo/armário em aço			1.400,00	
Mobília (bancos em madeira, mesa comum, mesa de tênis etc.)	1.268,00		2.070,00	
Computador mais projetor			3.980,00	
Caixa/aparelho de som			350,00	
CPU	3.680,00			
Notebook			5.160,00	
Livros			15.060,00	
Máquina fotográfica profissional			1.200,00	
Televisão			1.500,00	
Carro de mão e lixeira			623,00	
Máquina cortar isopor			60,00	
Subtotal	4.948,00	-	45.603,00	-
Total	41.763,47	120.850,11	121.360,23	94.087,32
Percentual gasto com custeio	88,2%	100,0%	62,4%	100,0%
Percentual gasto com capital	11,8%	0,0%	37,6%	0,0%
Percentual total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa documental: planilhas de prestações de contas da escola.

A tabela 11 mostra que os gastos com custeio também foram bem expressivos na escola Anísio Serrão, de acordo com o que foi fornecido pela escola, ficando definido que é predominante esse direcionamento, tanto com o recurso do PDDE como com o do PROAFI, e os bens comprados envolveram mobiliário, armários, não sendo identificados investimentos em máquinas e equipamentos como computador, impressoras, filmadoras, comumente obtidos pelas escolas.

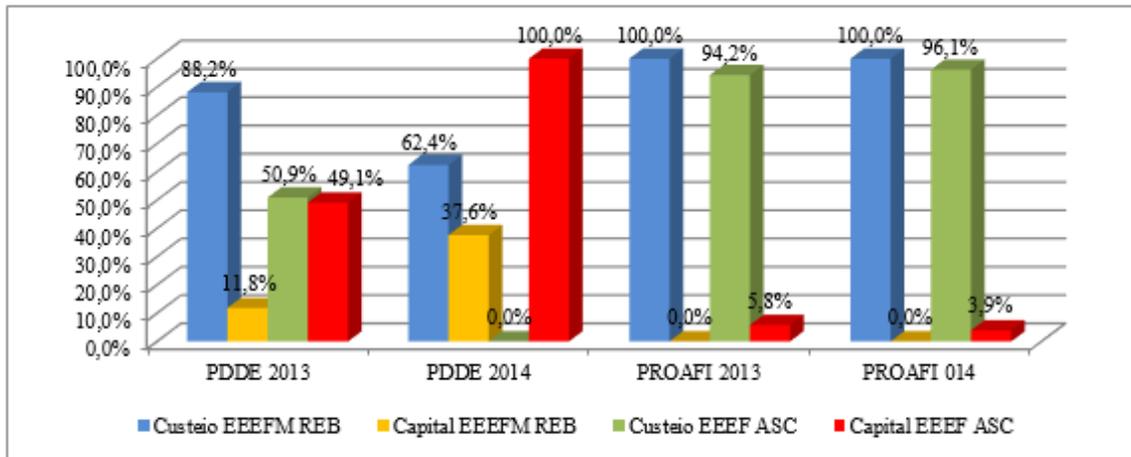
Tabela 11: EEEF Anísio Serrão de Carvalho – Classificação dos gastos no período 2013-2014

DISCRIMINAÇÃO	ANO 2013		ANO 2014	
	PDDE	PROAFI	PDDE	PROAFI
CUSTEIO				
Materiais de consumo (tecidos, utensílios, vestuários, material de expediente, recargas cartuchos impressoras, material limpeza, manutenção etc.)	3.497,17	46.941,11		
Material de uso pedagógico, esportivo e laboratório	706,83			48.108,39
Serviços terceiros (contas telefônicas, monitoramento etc.)	8.583,00	41.491,36		34.076,61
Subtotal	12.787,00	88.432,47	-	82.185,00
CAPITAL				
Equipamentos e materiais permanentes				
Arquivo/armário/estante/roupeiro - em aço		2.220,24	6.310,24	
Cortinas e persianas				1.999,98
Mobiliário – móveis		2.030,00		
Equipamento de segurança		1.200,00		1.340,00
Outros	12.351,00			
Subtotal	12.351,00	5.450,24	6.310,24	3.339,98
Total	25.138,00	93.882,71	6.310,24	85.524,98
% gasto com custeio	50,9%	94,2%	0,0%	96,1%
% gasto com capital	49,1%	5,8%	100,0%	3,9%
% totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa documental: planilhas de prestações de contas da escola.

A figura 3 a seguir faz uma síntese dos gastos das duas escolas, e evidencia que o custeio vem tendo prioridade nas escolas.

Figura 3: Valores em percentuais dos gastos com custeio e capital na EEEFM Raimundo Euclides Barbosa e EEEF Anísio Serrão de Carvalho.



Fonte: elaborada pela autora com dados das tabelas 10 e 11

3.3 FORMA DE TOMADA DE DECISÃO NAS ESCOLAS QUANTO À APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS

Estão descritas a seguir as respostas dos gestores das escolas referentes às questões do questionário. Para cada um deles há uma denominação (Esc1 e Esc2), significando Escola 1 e Escola 2, uma forma de classificar e separar as respostas de cada diretor escolar e preservar suas identidades quanto às respostas.

Questão 1: Se além do PROAFI e PDDE, a escola tem outras fontes significativas de recursos. A Esc2 citou como fonte de recursos o PDE estadual/PME, que na verdade trata-se do PROAFI analisado nesta pesquisa: *“Sim. PDE Estadual/PME”* (Esc 2).

Questão 2: Como são decididos os quantitativos de recursos para custeio e capital e quem participa do processo. As respostas indicam que são decididos no conselho escolar, que participa do processo nas escolas 1 e 2: *“Todos os recursos que vem para escola são gerenciados através do conselho escolar”* (Esc 1) e *“Conselho escolar e os quantitativos são definidos pelos programas”* (Esc 2).

Questão 3: Aquisições de insumos (Custeio) e de bens (Capital) - sobre quem participa do processo de escolha do que comprar. Nas duas escolas o conselho foi apontado como o decisor na escolha do que comprar: *“Comunidade escolar”* (Esc 1) e *“Conselho escolar/gestão escolar/professores e funcionários”* (Esc 2).

Melchior (2004, p. 197) disserta que o controle social dos recursos públicos pelo cidadão: “[...] tende cada vez mais a se tornar uma realidade... e cada vez mais tende a aumentar o grau de exigências... e o coeficiente de honestidade também tende a aumentar [...]”, e assim a democracia pode funcionar melhor

Em relação à decisão sobre o que comprar: se normalmente parte da direção da escola ou se há demandas trazidas pelos professores e pais, segundo Esc1 a decisão do que comprar é pelo conselho e Esc2 afirma que levam as propostas antecipadamente elaboradas para votação, de certo modo contradizendo as respostas anteriores sobre processos participativos, ou seja, participam da escolha de propostas pré-estabelecidas: “A direção recebe sugestão da comunidade escolar” (Esc 1) e “Previamente estabelecidas e levadas para deliberação do conselho de acordo a necessidade da escola” (Esc 2).

No que se refere às decisões sobre o que comprar, se são previamente estabelecidas e levadas ao conselho para deliberação ou se são normalmente levantadas nas reuniões, foi obtida somente a resposta de Esc2 a seguir: “Levadas ao conselho”. (Esc 1)

A importância da participação nos rumos da educação é discutida por Libânio, Oliveira e Toschi (2012, p. 452). Os autores afirmam: “[...] Vivendo a participação nos órgãos deliberativos da escola, pais, professores e alunos vão aprendendo a sentir-se responsáveis pelas decisões que afetam em um âmbito mais amplo da sociedade [...]”, assim, uma gestão mais democrática provoca um processo de aprendizagem nos participantes e os torna seres cada vez mais politizados e críticos do que ocorre ao seu redor. Por outro lado, Weber (1971), o maior estudioso dos processos burocráticos, menciona que as formalidades burocráticas são usadas, principalmente, para o exercício do controle.

Questão 4: Se a prestação de conta é um processo que ocorre sem dificuldades ou a escola enfrenta problemas para concretizá-la. Nas duas escolas não vem surgindo problemas nesse sentido, de acordo com o que responderam, igualmente: “Ocorre sem dificuldades” (Esc 1 e Esc 2).

Questão 5: Problemas enfrentados para adquirirem certos insumos e bens. A Esc1 não respondeu essa questão e a Esc2 considerou os recursos escassos para cobrir as necessidades: “Recursos ineficientes para atender a demanda” (Esc 2).

Muitas vezes a dificuldade não se traduz em falta de recurso, mas emerge do aparato formal que envolve um processo de compras para entidades públicas, assim, Freire (2006 [1991], p. 97) salienta que há casos de haver o recurso necessário para certas ações, “mas a burocracia é tão lenta e complicada que, na verdade, acaba sendo uma barreira tão grande que parece ter sido inventada para que as coisas não se façam, não

andem”. As formalidades são necessárias para o exercício do controle, mas se mal geridas pode provocar atrasos nos processos licitatórios.

Questão 6: Principais melhorias identificadas na escola, oriundas do recebimento dos recursos governamentais. Percebeu-se que o lado pedagógico não vinha sendo bem atendido nas escolas, pois requeriam melhorias nesse sentido, além da estrutura física citada por Esc1: *“Setor pedagógico e estrutura física”* (Esc 1) e *“Aquisição de material didático pedagógico que proporciona melhoria no ensino aprendizagem”* (Esc 2).

Questão 7: Atrasos no recebimento de recurso e consequentes problemas. Embora Esc 1 não tenha respondido e Esc2 tenha citado o PROAFI, sabe-se que mesmo o PDDE atrasa os repasses para as escolas: *“Sim. PROAFI. Dificulta a manutenção dos recursos essenciais e dos materiais utilizados nas atividades pedagógicas”* (Esc2).

Questão 8: Os meios que a escola usa para divulgar as receitas e despesas realizadas com os recursos e interesse da comunidade sobre o assunto. Os meios mais comumente usados são os murais internos das escolas, além do momento das reuniões: *“Reuniões e murais”* (Esc 1) e *“Reuniões e assembleias de pais, murais /e a comunidade mostra interessado no monitoramento e acompanhamento”* (Esc2).

Questão 9: Avaliação do *score*(nota) tirado no IDEB. Se considera justa e por quê. Esc1 não respondeu e Esc2 considerou que a nota é resultado de um esforço do que a escola faz internamente, do empenho dos envolvidos: *“Corresponde ao trabalho e empenho desenvolvidos”* (Esc2).

Questão 10: Como a direção avalia a participação da comunidade (pais de alunos etc.) sobre as decisões tomadas na escola, particularmente sobre o uso dos recursos. Mais uma vez Esc1 não respondeu e Esc2 considerou que a comunidade é bem ativa no processo decisório: *“Participação ativa com responsabilidade nas tomadas de decisões e no emprego de recursos”* (Esc2).

3.4 ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS

Conforme a pesquisa de campo, sobre a estruturação das escolas, possuem os seguintes espaços físicos de uso interno: biblioteca, laboratório, sala com multimídia, sala de direção, sala de secretaria, sala dos professores, cozinha e refeitório, sanitário exclusivo para funcionários, sanitário exclusivo para funcionárias, sanitário exclusivo para alunos, sanitário exclusivo para alunas. E espaço de lazer para alunos(as).

A tabela 12 em sequência mostra a qualidade de salas de aula nas escolas e a quantidade de equipamentos existentes.

Tabela 12: Salas de aula e materiais e equipamentos existentes

DISCRIMINAÇÃO	EEEFM REB	EEEF ASC
Salas de aula	30	12
Computadores em funcionamento	30	---
Computadores em desuso	15	---
Impressoras em funcionamento	12	---
Impressoras em desuso	2	---
Máquinas fotográficas	1	1
Filmadoras	1	---
Projetores de imagens	4	1

Percebe-se que as escolas possuem os itens que foram identificados nas planilhas de prestação de contas, e é possível verificar que a presença do equipamento na escola não significa que esteja sendo plenamente utilizado, como é o caso dos computadores em desuso na escola Clodoaldo.

4 CONCLUSÕES

A identificação das prioridades na realização dos dispêndios nas escolas envolve custeio e não foram identificados problemas para prestarem conta dos recursos, valendo ressaltar que elas possuem profissionais para realizar as prestações de conta.

O grau de participação da comunidade local nas decisões, em especial nos conselhos, foi considerado bom na Esc2. Os registros em atas pouco esclareceram sobre as decisões tomadas.

As respostas das escolas foram curtas ou não foram dadas, particularmente por Esc1, o que dificultou as análises e mesmo as comparações entre elas para identificar semelhanças e diferenciações, mas observou-se que as propostas são levadas aos conselhos que vota e formaliza o processo em ata. Por vezes, os pais creem que realmente é a escola que sabe de suas necessidades e por isso pouco se envolvem na gestão.

Não foi identificada a orçamentação dentro de um planejamento a longo prazo, e sim que as escolas fazem planos de trabalho para períodos curtos, conforme o que requer a legislação que versa sobre s recursos.

A escola Anísio Serrão vem recebendo menos recursos, pois atende menor quantidade de alunos em 12 salas de aula, enquanto a Raimundo tem 30 salas de aula (tabela 12), mas as diferenciações no valor aluno não deveriam ser muito distanciadas.

Os dados do QEdu (2014) da avaliação do MEC de 2013 (Prova Brasil) sinalizam para um contexto mais sólido dos alunos da Anízio Serrão, do ponto de vista socioeconômico e de formação dos pais.

Conjetura-se que a escola Raimundo é mais complexa para gerir porque possui uma estrutura física maior, mais alunos e funcionários para atender, assim, mesmo com *per capita* maior em termos de custo-aluno, acredita-se que a falta de um planejamento para médio e longo prazos possa fazer a diferença, não sendo afirmado aqui que os recursos estão sendo mal direcionados ou mal aplicados ou que sejam suficientes, mas que o uso vinculado à qualidade desejada poderia trazer melhores resultados, pois se fosse tão somente pelo custo-aluno teriam bons resultados no IDEB.

Registra-se a preocupação de que as escolas e os alunos nela inseridos sejam considerados incapazes devido ao *score* alcançado, pois se a escola provoca alguma manifestação positiva nos pais e sociedade sobre seu desempenho, o inverso pode ocorrer quando a nota sinalizar para um baixo rendimento.

Muitas análises ainda podem ser feitas e mais dados de outras escolas podem ser obtidos para que realmente se possa afirmar com veemência que há uma tendência de as escolas maiores e mais complexas tirarem notas consideradas baixas no IDEB, quando comparadas às outras unidades escolas, e que o perfil socioeconômico do aluno também pode ser fator influente.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA QEduc. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2014.

AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In **Educação básica**: políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo: Pioneira, 2004, p. 68-86.

BRAGUIL, Paulo Meireles. SAEB: ANEB e ANRESC (Prova Brasil). Disponível em: http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/lmat/A_a_H/estrut_politica_e_gestao/aula_03-9632/imagens/04/SAEB.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 3 set. 2014.

_____. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [file:///C:/Users/RUI/Downloads/lei_11947_16062009%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/RUI/Downloads/lei_11947_16062009%20(1).pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1784.htm. Acesso em: 27 out. 2014.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. ASCOM. Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/itemlist/tag/PDDE%20\(Dinheiro%20Direto%20na%20Escola\)?start=280](http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/itemlist/tag/PDDE%20(Dinheiro%20Direto%20na%20Escola)?start=280). Acesso em: 22 out. 2014a.

_____. *Programas. PDDE. Disponível em:*
[http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-
apresentacao](http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao). Acesso em: 28 set. 2014b.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Villa das Letras, 2007,

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anesc>. Acesso em: 18 ago. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortês, 2012.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Recursos financeiros e a educação. In **Educação básica: políticas, legislação e gestão: leituras**. São Paulo: Pioneira, 2004, p. 192-215.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Escolas. Dados atualizados conforme Portaria 2030. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/index.php/escolas-estaduais.html>. Acesso em: 19 set. 2014.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: _____. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 15-28.